



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Concurso Público para provimento de cargos de

Técnico Ministerial

Área Administrativa

Caderno de Prova, Cargo TMA , Tipo 001

000000000000000000

00001-001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A

Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) ○ (D) ○ (E) ○

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Atenção: As questões de números 1 a 8 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

Produzir mais a custos menores tem sido o trunfo do nosso agronegócio. Nos últimos dez anos, a produção das lavouras cresceu 45%, tendo aumentado, ao mesmo tempo, as exportações.

Tal desempenho foi considerado inviável ou impossível por muito tempo no Brasil, pelo menos desde o início do processo de industrialização deslanchado por Getúlio Vargas e acelerado por Juscelino Kubitschek. A crescente demanda por produtos agropecuários decorrente da urbanização gerou forte pressão de alta de preços, com conseqüente acirramento das demandas salariais e da inflação. Os ramos comerciais da agropecuária – café, cacau, cana-de-açúcar, algodão e a soja, mais tarde – estavam focados no mercado externo, enquanto a produção de alimentos era apenas acessória. Havendo limitada disponibilidade de recursos – terra e capital –, ou bem se exportava ou então atendia-se à demanda interna. O setor agropecuário era estático dos pontos de vista tecnológico e empresarial.

Para romper essa inércia, a partir dos anos 1960/70, um grande programa foi implementado para modernizar a agropecuária e apoiar sua transmutação do Sul e do Sudeste para o Centro-Oeste e Norte do País. Investimentos em infra-estrutura, na formação de pesquisadores e em instituições geradoras de tecnologia foram realizados; financiamentos e preços subsidiados foram oferecidos para a agropecuária. Nos anos 1990, a revitalização do setor se processa segundo dois vetores fundamentais: elevação da produtividade por hectare (ou por trabalhador) e aumento da extensão de terra utilizada das fazendas. Ganhos de produtividade, que totalizaram quase 30% para as lavouras nos últimos 10 anos, foram obtidos com a correção da acidez e a melhoria da fertilidade do solo, irrigando-o, bem como utilizando melhores sementes.

Ganhos de escala foram alcançados com fazendas maiores, viabilizadas pela queda do preço real da terra. Maiores cultivos permitem uso mais adequado da terra, da mão-de-obra especializada, das máquinas e dos equipamentos e benfeitorias de maior porte. Além disso, a produção em escala permite aquisição de insumos e a venda de produtos em condições mais vantajosas.

(Adaptado de Geraldo Sant'Ana de Camargo Barros, *Novo mapa do Brasil, O Estado de S.Paulo*, H25, 19 de março de 2006)

1. De acordo com o texto, o desenvolvimento do agronegócio brasileiro deve-se
- (A) ao processo de industrialização iniciado por Getúlio Vargas e efetivado por Juscelino Kubitschek.
 - (B) ao impasse existente na definição entre a política de exportação e a do mercado interno.
 - (C) a investimentos em infra-estrutura e em pesquisas para correção do solo e aumento da área produtiva.
 - (D) à alta dos preços em conseqüência da urbanização, considerando-se os poucos recursos destinados à agricultura.
 - (E) ao descontrole da economia, com inflação alta e demanda por melhores salários.

2. *Produzir mais a custos menores tem sido o trunfo do nosso agronegócio.*

A primeira frase do texto aparece reescrita, SEM alteração do sentido original, em:

- (A) As vantagens do agronegócio brasileiro encontram-se numa produção maior, não se considerando os custos.
- (B) O maior prejuízo para o agronegócio brasileiro tem sido a falta de competitividade dos preços reduzidos.
- (C) Devido à maior produção, os preços se tornam cada vez mais baixos, reduzindo a importância do agronegócio brasileiro.
- (D) Custos menores de produtos agrícolas levam a um desinteresse maior na variedade da produção agrícola.
- (E) O agronegócio brasileiro tem sido beneficiado por um maior volume de produção, com preços mais acessíveis.

3. *Havendo limitada disponibilidade de recursos – terra e capital –, ou bem se exportava ... (2º parágrafo)*

Os travessões na frase acima isolam

- (A) especificação, com finalidade explicativa.
- (B) restrição, para justificar a opinião exposta a seguir.
- (C) informação antecipada, retomada na última frase do parágrafo.
- (D) aproximação intencional de termos de significados originalmente opostos.
- (E) inclusão de dados à parte do contexto, com intenção estilística.

4. *A crescente demanda por produtos agropecuários ... (2º parágrafo)*

Reproduz-se o mesmo tipo de regência que organiza o segmento assinalado acima no trecho também grifado em:

- (A) *Produzir mais a custos menores ...*
- (B) *Nos últimos dez anos ...*
- (C) *Tal desempenho foi considerado inviável ou impossível ...*
- (D) *Havendo limitada disponibilidade de recursos ...*
- (E) *O setor agropecuário era estático ...*

5. *Maiores cultivos permitem uso mais adequado da terra.*

Transpondo-se a frase acima para a voz passiva, a forma verbal passa a ser

- (A) permitiu.
- (B) é permitido.
- (C) tinham permitido.
- (D) são permitidos.
- (E) estavam sendo permitidos.

6. A concordância está correta na frase:
- (A) Uma safra recorde de produtos agrícolas diversificados foram obtidos com investimentos em tecnologia.
 - (B) O objetivo de vários estudos deverão ser a adaptação de grãos às condições do clima e das terras em algumas regiões do país.
 - (C) É previsível a colheita de maiores safras, desde que se desenvolva melhores sementes e se corrija a composição do solo.
 - (D) Aumento no tamanho das fazendas e maior produtividade por hectare permite safras a cada ano mais elevado.
 - (E) Ocorreu incremento na produção agrícola, dadas as melhores condições de solo, obtidas com o desenvolvimento tecnológico.

7. Há palavras escritas de modo INCORRETO na frase:
- (A) O agronegócio brasileiro conta essencialmente com a expansão do mercado externo, considerando-se o aumento da produtividade no setor.
 - (B) A expectativa de safras recordes de grãos realizou-se com a adequada preparação do solo e com a melhoria de sementes, atingida com pesquisas e análises constantes.
 - (C) O florescimento do setor produtivo ocorreu a partir de investimentos em infra-estrutura e em pesquisas que vizavam a obtenção de melhores sementes.
 - (D) As perspectivas do agronegócio brasileiro são excelentes, embora haja problemas a resolver, como melhorias em estradas para o transporte eficaz da produção.
 - (E) O Brasil desponta como potência agrícola, com avançadas tecnologias de cultivo, apesar de alguns reveses pontuais, por causa das oscilações climáticas.

8. O acesso mercados externos por boa parte dos produtores que passaram usar novas tecnologias, aconteceu devido também qualidade das sementes.
- As lacunas da frase apresentada estão corretamente preenchidas, respectivamente, por
- (A) a - a - à
 - (B) a - à - à
 - (C) à - à - à
 - (D) a - a - a
 - (E) à - a - a

Atenção: As questões de números 9 a 15 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

E se não existissem direitos autorais?

A grande conseqüência do fim dos direitos autorais seria o desmantelamento da indústria cultural. Se isso seria bom ou ruim para os artistas e para os consumidores de cultura é assunto para discussões infinitas. Para saber mais ou menos como seria esse mundo, basta voltar alguns séculos no tempo. Isso porque os direitos autorais, tais como os conhecemos, são uma invenção moderna – eles foram estabelecidos a partir da Revolução Francesa e consolidados mundialmente no século XIX, quando obras artísticas passaram a ser reconhecidas como propriedades, assim como um terreno ou uma geladeira.

A idéia de estabelecer os direitos autorais foi uma forma de ajudar o autor a recuperar o dinheiro investido na produção de uma obra. E isso de fato aconteceu: muitos artistas passaram a reaver o capital investido em equipamentos, redes de distribuição e recursos de produção. Em contrapartida, o espaço do domínio público, em que todos podiam ter acesso à produção cultural, acabou se degenerando – atualmente, para se ter acesso a qualquer informação, para fins econômicos ou não, é preciso ter a autorização de seu dono. E foi assim que a grande indústria cultural surgiu e se desenvolveu, para intermediar e proteger os direitos do autor. Grandes gravadoras e distribuidoras cresceram, enriqueceram e se firmaram como um monopólio de produção artística.

A opinião entre representantes do setor não é unânime. Para alguns, haveria criação da mesma forma, mas, para outros, os artistas não teriam estímulo para criar se os direitos fossem relaxados. Por outro lado, não existiria a mal-afamada pirataria, que tanto tira o sono dos músicos. Afinal de contas, se nenhum autor tem direito sobre sua obra, por que alguém copiará uma música na clandestinidade?

(Adaptado de Mariana Sgarioni, **Superinteressante**, março 2006, p. 48)

9. O texto
- (A) permite identificar uma firme posição da autora contra os limites impostos à produção cultural pela cobrança de direitos autorais sobre uma obra.
 - (B) parte de um aspecto ilegal, coexistente com os direitos autorais, para condenar a indústria cultural, que recebe os lucros da produção artística.
 - (C) defende claramente a idéia de extinção dos direitos autorais, para que uma obra seja amplamente divulgada e seu autor reconhecido por um público cada vez maior.
 - (D) expõe uma situação surgida já no mundo moderno, com informações sobre a época anterior e a existência de opiniões divergentes a respeito da cobrança de direitos autorais.
 - (E) discute possíveis formas, embora polêmicas, de acabar com o comércio ilegal de músicas, ou pelo menos de reduzir os prejuízos dos artistas.

10. ... *tais como os* conhecemos, são uma invenção moderna ... (2º parágrafo)

O pronome grifado acima substitui, considerando-se o contexto,

- (A) os artistas.
- (B) os direitos autorais.
- (C) alguns séculos.
- (D) os consumidores de cultura.
- (E) um terreno ou uma geladeira.

11. ... os artistas não *teriam* estímulo para criar se os direitos *fossem* relaxados. (último parágrafo)

A correlação entre os tempos e modos dos verbos grifados acima continua correta, se forem substituídos, respectivamente, por

- (A) tinham - seriam
- (B) tiveram - serão
- (C) terão - forem
- (D) têm tido - sejam
- (E) teriam tido - foram

12. A idéia de *estabelecer* os direitos autorais ... (3º parágrafo)

O verbo que exige o mesmo tipo de complemento que o do grifado acima está na frase:

- (A) ... *seria o dismantelamento da indústria cultural.*
- (B) ... *por que alguém copiaria uma música...*
- (C) *E isso de fato aconteceu ...*
- (D) ... *não existiria a mal-afamada pirataria ...*
- (E) ... *é assunto para discussões infinitas.*

13. O verbo grifado está corretamente flexionado na frase:

- (A) Vêm sendo adotadas medidas para a reprodução de músicas sem o pagamento dos respectivos direitos autorais.
- (B) Na disputa jurídica, os artistas reaveram o direito de receber os valores decorrentes da divulgação de sua obra.
- (C) Grandes indústrias intermediam os interesses dos compositores, firmando-se no mercado com extraordinários lucros.
- (D) Alguns amigos do cantor proporam-se a financiar a gravação de suas músicas, na certeza de sucesso imediato.
- (E) O disco manteve-se em primeiro lugar nas vendas durante semanas, garantindo a recuperação dos gastos da produção.

14. A frase corretamente pontuada é:

- (A) Alguns representantes do setor de atividades culturais aceitam a cobrança de direitos autorais como merecida recompensa para o artista; outros, porém, defendem a idéia de que a arte deve ser um bem público.
- (B) Alguns representantes do setor de atividades culturais, aceitam a cobrança de direitos autorais como merecida recompensa, para o artista; outros porém defendem a idéia, de que a arte deve ser um bem público.
- (C) Alguns representantes do setor de atividades culturais aceitam a cobrança, de direitos autorais como merecida recompensa, para o artista; outros porém defendem a idéia de que a arte deve ser, um bem público.
- (D) Alguns representantes, do setor de atividades culturais aceitam a cobrança de direitos autorais, como merecida recompensa para o artista outros porém defendem a idéia; de que a arte deve ser um bem público.
- (E) Alguns representantes do setor de atividades culturais aceitam a cobrança de direitos autorais; como merecida recompensa para o artista, outros porém defendem a idéia de que a arte, deve ser um bem público.

15. *Autores reconhecidos do passado não conheceram a existência de direitos autorais.*

Eles produziram obras-primas.

Essas obras foram marcantes na história das civilizações.

Os autores receberam compensações financeiras por suas criações.

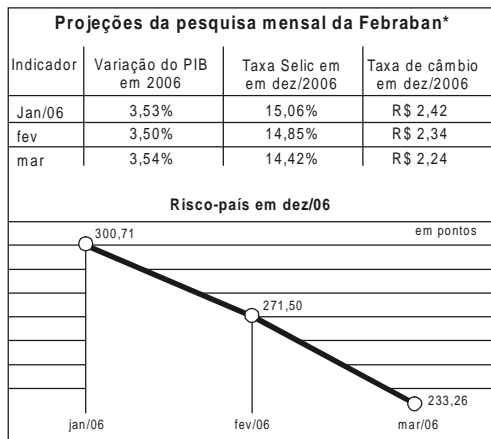
As frases acima organizam-se em um único período com lógica, clareza e correção em:

- (A) Autores reconhecidos do passado não conheceram a existência de direitos autorais nas obras marcantes da história das civilizações, as quais foram obras-primas, cujos os autores receberam compensações financeiras por suas criações.
- (B) Apesar dos autores reconhecidos do passado não conheceram a existência de direitos autorais, mas que receberam compensações financeiras por suas criações, as obras-primas, marcantes na história das civilizações.
- (C) Conquanto autores reconhecidos do passado, com a produção de obras-primas, não conheceram a existência de direitos autorais, das obras de quem foram marcantes na história das civilizações, em que os autores receberam compensações financeiras por essas criações.
- (D) Embora tenham produzido obras-primas, que foram marcantes na história das civilizações, autores reconhecidos do passado não conheceram a existência de direitos autorais, em que pese terem recebido compensações financeiras por suas criações.
- (E) Autores reconhecidos do passado não conheceram a existência de direitos autorais, até por que eles produziram obras-primas, as quais foram marcantes na história das civilizações, mas seus autores receberam compensações financeiras por suas criações.

16. O Brasil foi o 36º país do mundo e o primeiro da América do Sul a enviar um representante para fora da Terra. A missão do primeiro astronauta brasileiro, Marcos Pontes, foi divulgar programa espacial e recebeu o nome de
- (A) Centenário, em homenagem ao aviador Santos Dumont, que há cem anos voou com seu 14-Bis.
 - (B) Experimental, pela primeira participação do Brasil na construção da Estação Espacial Internacional.
 - (C) Jornada nas Estrelas, em homenagem a Yuri Gagarin, primeiro astronauta russo a chegar à Lua.
 - (D) Científica, pela primeira participação do Brasil em experiências em ambientes espaciais na Nasa.
 - (E) Cinquentenário, em homenagem ao presidente Juscelino Kubitschek, que há 50 anos assumiu o poder.

17. Em abril de 2006 a Petrobrás coloca em operação a maior unidade de produção, a P-50, contribuindo para a auto-suficiência do país em petróleo. A Petrobrás foi criada em 1953 por Getúlio Vargas e fazia parte do projeto do então presidente de montar uma infra-estrutura para
- (A) estabelecer a política de preços do óleo.
 - (B) privatizar as empresas estatais do país.
 - (C) nacionalizar as refinarias estrangeiras.
 - (D) impedir a entrada de capital estrangeiro.
 - (E) viabilizar a industrialização do Brasil.

18. Uma pesquisa realizada pela Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) com 52 bancos apresentou o seguinte gráfico da visão dos bancos sobre a economia.



(Folha de São Paulo, B2)

A análise dos dados do gráfico indica que haverá

- (A) um grande risco de desaceleração do processo de desenvolvimento da economia em 2006.
- (B) uma melhora sensível nas expectativas para a economia brasileira a partir de 2006.
- (C) uma forte tendência de redução na taxa de crescimento econômico nacional a partir de 2006.
- (D) um firme sinal de crescimento econômico do setor de exportação de tecnologia em 2006.
- (E) uma considerável alta na taxa de inflação devido à alta dos preços de produtos básicos em 2006.

19. A observação da vida por meio de uma tela, a partir da segunda metade do século XX, mudou a percepção visual das pessoas e a forma de expressão da arte; ou melhor, criou uma nova possibilidade de expressão para a arte, denominada de *pop art* (termo em inglês que significa "arte popular"). A *pop art* pode ser entendida como uma crítica à
- (A) indústria de diversão.
 - (B) semana de arte moderna.
 - (C) sociedade de consumo.
 - (D) cultura européia.
 - (E) arte criativa.

20. Considere o texto abaixo.

No Brasil a propriedade da terra não é um valor econômico, mas sim, uma questão política. Um latifúndio proporciona ao seu proprietário um expressivo poder político, superior ao poder econômico; nesse contexto, a posse da terra significa ter forte influência sobre as pessoas que nela vivem. Essa relação de mando remonta ao tempo das sesmarias...

(Nicolina L.de Petta e Eduardo A.B. Ojeda. **História: uma abordagem integrada.** São Paulo: Moderna, 2003, p.306)

A realidade a que o texto se refere explica razões da resistência, no Brasil, à

- (A) reforma de base.
- (B) política neoliberal.
- (C) política ambiental.
- (D) reforma agrária.
- (E) reforma fiscal.

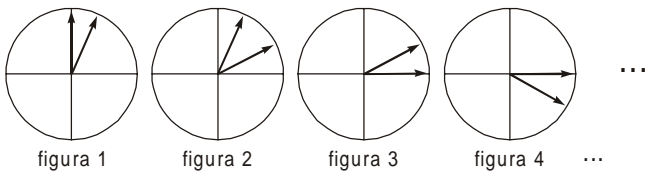
21. Existem três caixas I, II e III contendo transistores. Um técnico constatou que:

- se passasse 15 transistores da caixa I para a caixa II, esta ficaria com 46 transistores a mais do que a caixa I tinha inicialmente;
- se passasse 8 transistores da caixa II para a caixa III, esta ficaria com 30 transistores a mais do que a caixa II tinha inicialmente.

Se o total de transistores nas três caixas era de 183, então o número inicial de transistores em

- (A) I era um número par.
- (B) II era um número ímpar.
- (C) III era um número menor que 85.
- (D) I e II era igual a 98.
- (E) I e III era igual a 119.

22. Considere a seqüência de figuras:



Mantendo a mesma lei de formação, a 1ª figura é igual à

- (A) 11ª figura.
- (B) 12ª figura.
- (C) 13ª figura.
- (D) 14ª figura.
- (E) 15ª figura.

23. Considere que a seqüência de pares de letras (A, C), (F, D), (G, I), (M, J), ... obedece a uma lei de formação. Se o alfabeto oficial da Língua Portuguesa exclui as letras K, W e Y, o quinto par de letras da seqüência é

- (A) (P, N).
- (B) (N, P).
- (C) (O, Q).
- (D) (Q, O).
- (E) (R, P).

24. Considere verdadeiras todas as três afirmações:

- I. Todas as pessoas que estão no grupo de Alice são também as que estão no grupo de Benedito.
- II. Benedito não está no grupo de Celina.
- III. Dirceu está no grupo de Emília.

Se Emília está no grupo de Celina, então

- (A) Alice está no grupo de Celina.
- (B) Dirceu não está no grupo de Celina.
- (C) Benedito está no grupo de Emília.
- (D) Dirceu não está no grupo de Alice.
- (E) Alice está no grupo de Emília.

25. Dos 63 alunos que concluíram o curso técnico no ano passado, em uma escola, 36 têm formação na Área Informática e 40 na Área Eletrônica. Somente 6 deles não têm formação nessas áreas. Sobre esses alunos, é verdade que

- (A) mais de 16 têm formação só na Área Informática.
- (B) menos de 20 têm formação só na Área Eletrônica.
- (C) o número dos que têm formação nas duas áreas é um número par.
- (D) o número dos que têm formação em pelo menos uma dessas duas áreas é maior que 58.
- (E) o número dos que têm formação só na Área Informática ou só na Área Eletrônica é um número ímpar.

26. No MS-Windows XP, a operação de exclusão definitiva de um arquivo, sem movê-lo para a lixeira, deve ser acompanhada do pressionamento da tecla

- (A) Scroll.
- (B) Ctrl.
- (C) Alt.
- (D) Shift.
- (E) Tab.

27. Na configuração padrão e original do MS-Word, o controle de linhas órfãs/viúvas é função de

- (A) auto correção.
- (B) formatação de parágrafos.
- (C) edição.
- (D) configuração de página.
- (E) formatação de fontes.

28. No MS-Excel, a fórmula =\$B1+A\$2 colocada na célula A1, ao ser copiada para a célula C1 ficará, nesta última, igual a

- (A) =\$B2+C\$2.
- (B) =B\$2+C\$1.
- (C) =\$B2+C\$1.
- (D) =\$B1+C\$1.
- (E) =\$B1+C\$2.

29. Considerando a organização dos menus, no MS-PowerPoint, em sua configuração padrão e original, a predefinição de animação é uma função de

- (A) configuração de página.
- (B) exibição.
- (C) apresentação.
- (D) edição.
- (E) formatação.

30. O dispositivo eletrônico que modula um sinal digital em uma onda analógica, pronta a ser transmitida pela linha telefônica, e que demodula o sinal analógico e o reconverte para o formato digital original é

- (A) o modem.
- (B) o browser.
- (C) a USB.
- (D) o pen drive.
- (E) o slot.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

31. No que diz respeito ao Ministério Público, é correto afirmar que
- (A) os Procuradores-Gerais nos Estados podem ser destituídos pelo Governador ou por deliberação da maioria simples das Assembléias Legislativas.
 - (B) durante a execução orçamentária do exercício, em nenhuma hipótese, poderá haver realização de despesa que extrapole os limites da lei de diretrizes orçamentárias.
 - (C) a independência funcional, a unidade e a indivisibilidade são considerados, pela Constituição, princípios institucionais do Ministério Público.
 - (D) o Ministério Público e o Poder Judiciário, por força da simetria, podem elaborar suas propostas orçamentárias sem atender aos limites da lei de diretrizes orçamentárias.
 - (E) ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e política, mas não a autonomia administrativa, por estar vinculado financeiramente ao Poder Executivo.

32. No que tange aos servidores públicos, considere:
- I. Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração integral do tempo de serviço até sua aposentadoria.
 - II. Como condição de aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.
 - III. O servidor público estável só perderá o cargo, entre outras situações, mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma da lei complementar, assegurada ampla defesa.
- Nesses casos, é correto o que consta APENAS em
- (A) II e III.
 - (B) I e II.
 - (C) I e III.
 - (D) II.
 - (E) I.

33. Em relação aos direitos e deveres individuais e coletivos, analise o que segue:
- I. Será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal.
 - II. Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória.
- As assertivas acima dizem respeito, respectivamente,
- (A) à ação civil pública e à vedação às provas ilícitas.
 - (B) à ação popular e ao privilégio contra a auto-incriminação.
 - (C) ao devido processo legal e ao princípio da ampla defesa.
 - (D) à inafastabilidade da jurisdição e ao princípio do juiz natural.
 - (E) à ação penal privada subsidiária e ao princípio da presunção de inocência.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

34. No que tange aos princípios administrativos, analise:
- I. É vedado, de regra, para quem contrata com a Administração, invocar a exceção do contrato não cumprido nos ajustes que tenham por objeto a execução de serviços públicos.
 - II. Nos processos administrativos, a autoridade competente deve indicar os pressupostos de fato e de direito que determinaram sua decisão.
- As proposições citadas correspondem, respectivamente, aos princípios da
- (A) moralidade e da publicidade.
 - (B) legalidade e da proporcionalidade.
 - (C) impessoalidade e da razoabilidade.
 - (D) continuidade do serviço público e da motivação.
 - (E) eficiência e da legalidade.

35. A autoridade competente para aplicar a pena de suspensão aplicou penalidade mais grave, que não se encontrava dentro de sua esfera de atribuição. Em virtude deste fato, referido ato poderá ser
- (A) anulado pela própria autoridade que praticou o ato com vício quanto ao motivo, com efeitos *ex nunc*.
 - (B) declarado nulo pela própria Administração ou pelo Poder Judiciário, em razão do vício quanto ao sujeito, produzindo efeitos retroativos à data em que foi emitido.
 - (C) revogado pelo Poder Judiciário, ante a constatação do vício quanto ao sujeito, com efeitos *ex tunc*.
 - (D) anulado pela autoridade hierarquicamente superior à que emitiu o ato, em razão do vício quanto à forma, com efeitos *ex nunc*.
 - (E) revogado pela Administração ou pelo Poder Judiciário, em virtude de vício de finalidade, produzindo efeitos *ex tunc*.

36. É certo que os contratos administrativos, via de regra, são antecedidos de licitação pública, a qual
- (A) será realizada sob a modalidade de menor preço quando objetivar escolher trabalho técnico, científico ou artístico.
 - (B) poderá ser declarada inexigível, a critério da Administração, nos casos de guerra ou de grave perturbação da ordem.
 - (C) será realizada sob o tipo denominado leilão quando objetivar alienar bens imóveis a interessados previamente cadastrados.
 - (D) possui como fase final a habilitação do vencedor, que ocorre após a homologação do procedimento pela autoridade competente.
 - (E) destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração.

NOÇÕES DE DIREITO CIVIL

37. Dentre outros, são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os
- (A) excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.
 - (B) ébrios habituais e os viciados em tóxicos.
 - (C) que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
 - (D) que, por deficiência mental, tenham discernimento reduzido.
 - (E) pródigos, mesmo que tenham atingido a maioridade.

38. Com relação à decadência, é correto:
- (A) O juiz, de ofício, deve conhecer a decadência quando estabelecida por lei.
 - (B) Não corre a decadência contra os relativamente incapazes.
 - (C) Salvo disposição legal em contrário, as normas que interrompem a prescrição se aplicam à decadência.
 - (D) É válida a renúncia à decadência fixada em lei.
 - (E) Ainda que se trate de direito patrimonial, a decadência convencional pode ser decretada de ofício.

39. Em matéria de domicílio, considere:
- I. A União e os Territórios têm por domicílio o lugar onde funcionem suas respectivas administrações.
 - II. As autarquias têm por domicílio necessário o lugar onde registraram seus atos constitutivos.
 - III. Ter-se-á por domicílio da pessoa natural, que não tenha residência fixa, o lugar onde for encontrada.
 - IV. Tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos em lugares diferentes, cada um deles será considerado domicílio para os atos nele praticados.
- É correto o que consta APENAS em
- (A) I, II e III.
 - (B) I e II.
 - (C) II e IV.
 - (D) I, III e IV.
 - (E) III e IV.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

40. Considere as seguintes assertivas a respeito da Reconvenção:
- I. Não pode o réu, em seu próprio nome, reconvir ao autor, quando este demandar em nome de outrem.
 - II. A desistência da ação, ou a existência de qualquer causa que a extinga, obsta ao prosseguimento da reconvenção.
 - III. Oferecida a reconvenção, o autor reconvido será intimado, na pessoa do seu procurador, para contestá-la no prazo de quinze dias.
- De acordo com o Código de Processo Civil brasileiro, é correto o que consta APENAS em
- (A) I e II.
 - (B) I e III.
 - (C) II e III.
 - (D) II.
 - (E) III.

41. A respeito das provas, de acordo com o Código de Processo Civil brasileiro, é correto afirmar que
- (A) dependem de prova os fatos notórios e aqueles em cujo favor milita presunção legal de existência ou de veracidade.
 - (B) dependem de prova os fatos afirmados por uma das partes, ainda que confessados pela parte contrária.
 - (C) todas as provas, sejam do autor ou réu, só podem ser produzidas na audiência.
 - (D) o ônus da prova incumbe ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.
 - (E) os meios, ainda que ilegais ou moralmente ilegítimos, são hábeis para provar a verdade dos fatos em que se funda a ação ou a defesa.

42. De acordo com a Lei nº 8.009, de 29.03.1990, o imóvel residencial próprio do casal, ou da entidade familiar, é impenhorável e não responderá por qualquer tipo de dívida civil, comercial, fiscal, previdenciária ou de outra natureza, contraída pelos cônjuges ou pelos pais ou filhos que sejam seus proprietários e nele residam, salvo as hipóteses previstas em lei. A impenhorabilidade compreende
- (A) as obras de arte.
 - (B) os veículos de transporte.
 - (C) os equipamentos.
 - (D) os adornos suntuosos.
 - (E) os bens móveis não quitados.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

43. Considere as seguintes situações:
- I. Lei posterior deixa de considerar crime fato anteriormente considerado ilícito penal.
 - II. Lei posterior passa a considerar crime fato anteriormente não considerado ilícito penal.
 - III. Lei posterior estabelece, para um determinado delito, pena mais severa que a prevista na legislação anterior.
 - IV. Lei posterior estabelece, para um determinado delito, pena mais branda que a prevista na legislação anterior.
- Considerando que uma pessoa foi processada e punida por um crime previsto na legislação anterior e que a sentença condenatória transitou em julgado, a lei posterior retroagirá APENAS nas situações indicadas em
- (A) I e IV.
 - (B) II e III.
 - (C) III e IV.
 - (D) I.
 - (E) IV.

44. A respeito dos elementos do fato típico, é correto afirmar:
- (A) A adequação do fato ao tipo penal só pode se operar de forma direta, inexistindo tipicidade indireta.
 - (B) É possível a ocorrência de fato típico quando o resultado lesivo é decorrente de caso fortuito.
 - (C) É possível a ocorrência de fato típico quando o resultado lesivo é decorrente de força maior.
 - (D) A superveniência de causa relativamente independente sempre exclui a imputação.
 - (E) A omissão é penalmente relevante quando o agente, com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado.

45. Quem instiga outrem, fazendo nascer neste a idéia de praticar um crime, é considerado
- (A) autor principal.
 - (B) partícipe.
 - (C) co-autor.
 - (D) autor mediato.
 - (E) autor imediato.

46. NÃO se inclui dentre os elementos do crime culposo
- (A) a inobservância do dever de cuidado objetivo.
 - (B) a ação ou omissão voluntária.
 - (C) o resultado lesivo voluntário.
 - (D) a previsibilidade.
 - (E) a tipicidade.

47. Aplica-se a lei brasileira para os crimes cometidos em
- (A) embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem em portos estrangeiros.
 - (B) embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem em águas territoriais de outro país.
 - (C) aeronaves brasileiras, de propriedade privada, que se encontrarem no espaço aéreo de outro país.
 - (D) embarcações oficiais utilizadas pelo Estado em serviço público que se encontrarem em portos estrangeiros.
 - (E) aeronaves brasileiras, de propriedade privada, que estiverem pousadas em aeroportos estrangeiros.

48. Inclui-se dentre as causas excludentes da antijuridicidade
- (A) o erro inevitável sobre a ilicitude do fato.
 - (B) o exercício regular de um direito.
 - (C) a obediência à ordem, não manifestamente ilegal, de superior hierárquico.
 - (D) a embriaguez fortuita completa.
 - (E) a coação irresistível.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

49. Considere as seguintes assertivas com relação ao inquérito policial, de acordo com o Código de Processo Penal brasileiro:
- I. Nos crimes de ação pública o inquérito policial poderá ser iniciado mediante requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.
 - II. Nos crimes de ação privada, a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito a requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la.
 - III. O inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, poderá sem ela ser iniciado.
- É correto o que consta APENAS em
- (A) I e II.
 - (B) II e III.
 - (C) I e III.
 - (D) I.
 - (E) III.

50. De acordo com o Código de Processo Penal brasileiro, nas ações penais privadas, salvo disposição em contrário, o ofendido, ou seu representante legal, decairá no direito de queixa, se não o exercer dentro do prazo de
- (A) doze meses, contados do dia em que a infração penal foi cometida.
 - (B) doze meses, contados do dia em que vier a saber quem é o autor do crime.
 - (C) seis meses, contados do dia em que a infração penal foi cometida.
 - (D) seis meses, contado do dia em que vier a saber quem é o autor do crime.
 - (E) três meses, contados do dia em que a infração penal foi cometida.

51. De acordo com o Código de Processo Penal brasileiro, com relação à Ação Penal, é correto afirmar:
- (A) A ação penal, nas contravenções, em regra, será iniciada através de portaria expedida pelo Ministro da Justiça.
 - (B) No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de representação passará exclusivamente aos ascendentes e descendentes.
 - (C) Seja qual for o crime, quando praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União, Estado e Município, a ação penal será pública.
 - (D) Será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal, sendo vedado ao Ministério Público aditar a queixa.
 - (E) No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de oferecer queixa passará exclusivamente ao cônjuge e descendentes.

52. Considere as seguintes assertivas com relação à renúncia ao direito de oferecer queixa, de acordo com o Código de Processo Penal brasileiro:
- I. A renúncia ao exercício do direito de queixa, em relação a um dos autores do crime, a todos se estenderá.
 - II. O processo penal brasileiro não reconhece a renúncia tácita, não admitindo qualquer meio de prova, por expressa vedação legal.
 - III. A renúncia do representante legal do menor que houver completado dezoito anos não privará este do direito de queixa, nem a renúncia do último excluirá o direito do primeiro.
- É correto o que consta APENAS em
- (A) I.
 - (B) II.
 - (C) I e II.
 - (D) I e III.
 - (E) II e III.

53. De acordo com o Código de Processo Penal, nas Ações Penais Privadas, com relação ao perdão, é correto:
- (A) Aceito o perdão pelo querelado, quando concedido mediante declaração expressa nos autos, o juiz julgará extinta a punibilidade.
 - (B) O perdão não poderá ser aceito por procurador, independentemente de ter este poderes especiais.
 - (C) O perdão concedido a um dos querelados aproveitará a todos, produzindo, inclusive, efeito em relação ao que o recusar.
 - (D) Se o querelado for mentalmente enfermo e não tiver representante legal, a aceitação do perdão caberá ao Ministério Público.
 - (E) Concedido o perdão, mediante declaração expressa nos autos, o querelado será intimado a dizer, dentro de 15 dias, se o aceita.

54. O juiz dar-se-á por suspeito, e, se não o fizer, poderá ser recusado por qualquer das partes se

- (A) tiver funcionado no processo seu parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o segundo grau, inclusive, como defensor ou advogado.
- (B) ele, seu cônjuge, ascendente ou descendente, estiver respondendo a processo por fato análogo, sobre cujo caráter criminoso haja controvérsia.
- (C) tiver funcionado no processo seu parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o segundo grau, inclusive, como órgão do Ministério Público.
- (D) ele próprio houver funcionado no processo como auxiliar da justiça, perito ou servido como testemunha.
- (E) ele próprio ou seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim em linha reta ou colateral até quarto grau, inclusive, for parte ou diretamente interessado no feito.

NOÇÕES DE LEGISLAÇÃO APLICADA AO MPPE

55. Para fins da Lei nº 12.956/05 considera-se CLASSE

- (A) o local onde o servidor público desempenha suas funções em caráter efetivo ou em comissão.
- (B) o conjunto de normas e procedimentos que regulam a vida funcional e a remuneração do servidor.
- (C) o conjunto de cargos de provimento efetivo, em comissão e de funções gratificadas.
- (D) o conjunto de funções e responsabilidades definidas com base na estrutura organizacional do Ministério Público.
- (E) a graduação ascendente, existente em cada cargo, determinante da promoção funcional horizontal.

56. De acordo com a Lei nº 12.956/05, considere as seguintes assertivas:

- I. A composição do Quadro de Apoio Técnico-Administrativo do Ministério Público do Estado de Pernambuco corresponderá ao quantitativo de cargos efetivos, cargos em comissão e das funções gratificadas, criados por lei, desde que providos.
- II. Os servidores à disposição do Ministério Público poderão ter vínculo efetivo com a Administração Pública, sendo permitido ao Ministério Público de Pernambuco requisitar servidores exclusivamente comissionados ou contratados.
- III. A quantidade de servidores dos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério Público cedidos a outros órgãos não excederá a 2% do total de servidores dos Quadros Permanente e Suplementar em atividade.

É correto o que consta APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II.
- (D) II e III.
- (E) III.

57. De acordo com a Lei nº 12.956/05, na estrutura organizacional do Ministério Público do Estado de Pernambuco, considera-se Órgão de Execução a

- (A) Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar.
- (B) Assessoria Ministerial de Planejamento e Estratégia Organizacional.
- (C) Coordenadoria Ministerial de Gestão de Pessoas.
- (D) Coordenadoria Ministerial de Auditoria e Controle.
- (E) Comissão Permanente de Licitação.

58. De acordo com a Lei nº 6.123/68, considere as seguintes assertivas a respeito da remoção e promoção de funcionário público:

- I. Quando qualquer órgão da administração solicitar a remoção de um seu funcionário, este somente será desligado do serviço após a nova lotação.
- II. A promoção obedecerá alternadamente, aos critérios de merecimento e de antigüidade na classe e o critério adotado constará, obrigatoriamente, do ato de promoção.
- III. O funcionário suspenso, em nenhuma hipótese, poderá ser promovido, por expressa vedação legal.

É correto o que consta APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II.
- (E) III.

59. De acordo com a Lei nº 6.123/68, a pena de suspensão será aplicada quando o servidor público

- (A) valer-se do cargo para lograr proveito pessoal em detrimento da dignidade da função.
- (B) cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de encargo que lhe competir ou a seus subordinados.
- (C) receber propinas, comissões, presentes ou vantagens de qualquer espécie, em razão do cargo ou função.
- (D) celebrar contrato com a administração estadual quando não autorizado em lei ou regulamento.
- (E) receber, direta ou indiretamente, remuneração de empresas que prestem serviços à Repartição onde é lotado.

60. De acordo com a Lei nº 6.123/68, com relação ao processo administrativo é correto afirmar:

- (A) O inquérito deverá estar concluído, e decidido, no prazo improrrogável de cento e oitenta dias, a contar da publicação do ato ou portaria de designação da comissão.
- (B) São competentes para instaurar o processo administrativo apenas o Governador e os Secretários de Estado.
- (C) O inquérito administrativo será promovido por uma comissão composta de no mínimo cinco funcionários, designada pela autoridade competente.
- (D) Nenhum documento será anexado aos autos do processo administrativo sem despacho do presidente da comissão ordenando a juntada.
- (E) Os membros da comissão que promovam o inquérito administrativo, em nenhuma hipótese, ficarão dispensados do desempenho das atividades normais dos cargos ou funções.